

ANEXO X - SISTEMA DE ARRECADAÇÃO E BILHETAGEM

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO	3
2. CARACTERIZAÇÃO E FASES DE IMPLANTAÇÃO	4
3. COMERCIALIZAÇÃO	5
4. ESTRUTURAS DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO.....	6
5. REPARTIÇÃO DE RECEITA	7
6. REEMBOLSO DE DIREITO DE VIAGEM.....	9
7. INCORPORAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA AOS SISTEMAS DE ARRECADAÇÃO.....	9
8. POSSÍVEL TRANSFERÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA.....	10
9. CENTRALIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO DE EMBARQUE NAS ESTAÇÕES	11

1. APRESENTAÇÃO

- 1.1. Este ANEXO apresenta a descrição do processo de arrecadação, controle e repartição de receita no SISTEMA METROFERROVIÁRIO, do qual os SERVIÇOS fazem parte.
- 1.2. Os sistemas de arrecadação e bilhetagem seguirão a regulamentação vigente do Estado de São Paulo.
 - 1.2.1. O SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO, do qual a CONCESSIONÁRIA participará no âmbito dos SERVIÇOS, atualmente abrange as atribuições de bilhetagem, arrecadação e câmara de compensação, englobando as empresas operadoras públicas CPTM, o METRÔ e as concessionárias do SISTEMA METROFERROVIÁRIO, as gestoras e as concessionárias do sistema de transporte sobre pneus da municipalidade de São Paulo, viabilizando a integração dos sistemas de transportes sobre trilhos e pneus.
 - 1.2.2. O SISTEMA DE ARRECADAÇÃO ABASP atualmente abrange as atribuições de bilhetagem e arrecadação nas empresas públicas e concessionárias dos sistemas de transportes sobre trilhos e pneus da RMSP de competência do ESTADO DE SÃO PAULO, sem possibilidade de integração, e, no controle e repartição de receitas, engloba a CPTM e o METRÔ, as gestoras e as concessionárias do sistema de transporte sobre pneus da região metropolitana de São Paulo.
- 1.3. A CONCESSIONÁRIA não poderá se opor à participação nos sistemas de arrecadação, bilhetagem e câmaras de compensação no âmbito dos SERVIÇOS, sempre que determinado pelo PODER CONCEDENTE, os quais, a princípio e nos termos do item anterior, compreendem o SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO e o SISTEMA DE ARRECADAÇÃO ABASP.
 - 1.3.1. A CONCESSIONÁRIA manifesta ciência de que eventuais alterações nos sistemas de arrecadação, bilhetagem e nas câmaras de compensação não caracterizarão EVENTO DE DESEQUILÍBRIO e contam, desde já, com o consentimento da CONCESSIONÁRIA.
 - 1.3.1.1. Em caso de necessidade de investimentos em novas tecnologias de validadores, estes poderão ser implementados pela CONCESSIONÁRIA, nos termos dos regramentos relacionados a INVESTIMENTOS ADICIONAIS previstos em CONTRATO, dando ensejo à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.
 - 1.3.1.2. Em caso de alteração da regulamentação estadual relacionada às câmaras de compensação dos recursos do sistema metroferroviário (a) não será caracterizado EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, e (b) os direitos da CONCESSIONÁRIA relativos à REMUNERAÇÃO e às GARANTIAS previstos em CONTRATO deverão ser preservados.

- 1.4. Os modelos e os mecanismos de arrecadação de bilhetagem, de eventuais integrações tarifárias e de repartição da receita tarifária são disciplinados por meio de resoluções, convênios e acordos assinados entre as partes que compõem o SISTEMA METROFERROVIÁRIO e a São Paulo Transportes – SPTrans, empresa municipal e gestora das concessões do sistema de transporte sobre pneus do Município de São Paulo.
- 1.5. A CONCESSIONÁRIA será obrigada a aceitar, como meio de acesso aos SERVIÇOS, o uso dos bilhetes do BU e do BOM, títulos unitários de viagem (bilhetes tipo QR Code), do TOP, e de outros TÍTULOS DE VIAGEM determinados pelo PODER CONCEDENTE ou pela ARTESP, assegurado o seu direito de consulta ao número de PASSAGEIROS TRANSPORTADOS.
- 1.6. A comercialização dos títulos unitários de viagem nas estações da LINHA 16, ou outros meios que vierem a ser adotados, será realizada pelo PODER CONCEDENTE, por meio do METRÔ, CPTM ou por empresa ou associação especializada devidamente autorizada.

2. CARACTERIZAÇÃO E FASES DE IMPLANTAÇÃO

- 2.1. A CONCESSÃO não implica alteração da sistemática de arrecadação e bilhetagem praticada no SISTEMA METROFERROVIÁRIO e no transporte sobre pneus do Município de São Paulo, da Região Metropolitana de São Paulo, ou em outra entidade regional que venha integrar a CONCESSÃO, sistemática essa atualmente operacionalizada pelos seguintes sistemas:
 - (i) SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO do Município de São Paulo, operado pela SPTrans, gestora do Sistema de Transporte Coletivo Municipal de São Paulo e regido pelo CONVÊNIO DE INTEGRAÇÃO OPERACIONAL E TARIFÁRIA, por meio da utilização de sistema de bilhetagem eletrônica com cartão inteligente com circuito integrado sem contato (*Contactless Smart Card*);
 - (ii) SCAP sistema de controle de títulos unitários de viagem, sejam bilhetes tipo QR Code impressos ou em mídia eletrônica, cartão tipo *Smart* ou outro dispositivo, operados e processados pelo METRÔ e pela CPTM, que será substituído;
 - (iii) Sistema inteligente por QR Code, operado e processado pelo METRÔ e pela CPTM, que poderá ser substituído; e
 - (iv) Sistema de Bilhetagem e Arrecadação – SBA, de atuação da Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte Coletivo de Passageiros do Estado de São Paulo – ABASP, mediante utilização de títulos de viagem por meio do Cartão TOP, QR Code ou outros meios de pagamento gerenciados pela ABASP;
- 2.1.1. O BOM, operado sob a responsabilidade do CMT, formado pelas operadoras do sistema de transporte coletivo intermunicipal por ônibus da RMSP e regido por Acordo para uso

de cartão de passagem, por meio da utilização de sistema de bilhetagem eletrônica com cartão *Smart Card*, cujas recargas nos cartões deixaram de ser comercializadas, deverá continuar sendo aceito como TÍTULO DE VIAGEM válido, enquanto assim for estabelecido pelo PODER CONCEDENTE.

- 2.2. O PODER CONCEDENTE, a seu exclusivo critério, poderá alterar a atual constituição e sistemática de arrecadação e bilhetagem, conforme descrita acima, resguardados os direitos e garantias da CONCESSIONÁRIA previstos no CONTRATO, bem como transferir e/ou centralizar a administração de quaisquer dos sistemas supramencionados para empresa ou entidade independente, com a finalidade de prestar todos os serviços relativos à comercialização, arrecadação, validação e distribuição das receitas.

3. COMERCIALIZAÇÃO

- 3.1. A CONCESSIONÁRIA não participará da comercialização de créditos ou de títulos de viagem, o que continuará sendo feito da seguinte maneira:
- (i) a comercialização de créditos do sistema de arrecadação e bilhetagem é realizada pela rede de estabelecimentos comerciais e de serviços, por empresas habilitadas a comercializar créditos eletrônicos e direitos de viagem, por rede complementar constituída por empresas habilitadas a comercializar créditos eletrônicos, postos de venda e atendimento de PASSAGEIROS e loja virtual; e
 - (ii) a comercialização dos títulos de viagem, bilhetes QR Code em mídia eletrônica, cartão tipo *Smart* ou outro dispositivo é realizada pelo PODER CONCEDENTE, pela ARTESP ou por meio da CPTM e pelo METRÔ (bilhetes QR Code impressos), ou outra entidade ou empresa designada pelo PODER CONCEDENTE.
- 3.2. Tais atividades de comercialização poderão ser objeto de futura transferência para terceiros, por determinação do PODER CONCEDENTE, visando à unificação e integração da sistemática de arrecadação e bilhetagem.
- 3.3. A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar, nas estações, espaço físico para instalação, pelo PODER CONCEDENTE e/ou a quem este indicar, de equipamentos de venda de TÍTULOS DE VIAGEM por autoatendimento, bem como suprir necessidades de ponto de energia e rede de comunicação/dados, para permitir o funcionamento de tais equipamentos de venda, seguindo as diretrizes previstas no ANEXO II.A. No desenvolvimento dos projetos de modernização e construção de estações, a CONCESSIONÁRIA deverá manter espaços para instalação de bilheteria e de equipamentos de venda em autoatendimento. Nas estações existentes deverá manter os espaços já definidos de bilheterias, salas de renda e de equipamentos de venda de autoatendimento.

4. ESTRUTURAS DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

4.1. O acompanhamento e fiscalização da operação dos sistemas de arrecadação e bilhetagem descritos no item 2 deste ANEXO é realizado, em cada sistema, da seguinte maneira:

- (i) pelo COMITÊ GESTOR no âmbito do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO da SPtrans, cuja composição e atribuições são reguladas pelo CONVÊNIO DE INTEGRAÇÃO OPERACIONAL E TARIFÁRIA e do qual participam representantes da SMMT, da STM, da SPTrans, do METRÔ, da CPTM e de cada uma das concessionárias das Linha 4 – Amarela, 6 – Laranja, 5 – Lilás e 17 –Ouro, Linhas 8 – Diamante e 9 - Esmeralda e CONCESSIONÁRIA DO TIC EIXO NORTE, do qual virão a participar as demais concessionárias aderentes ao SISTEMA METROFERROVIÁRIO, inclusive a CONCESSIONÁRIA;
- (ii) pela CPTM e METRÔ no âmbito dos respectivos sistemas de títulos de viagem, sejam bilhetes tipo QR Code, impresso ou em mídia eletrônica, cartão *Smart Card* ou outro dispositivo, assim como na condição de integrantes da Associação de Apoio e Estudos da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços de Transporte Coletivo de Passageiros do Estado de São Paulo – ABASP, como Associados Especiais, nos termos do seu Estatuto;
- (iii) pelo instrumento de Adesão ao Sistema de Bilhetagem e Arrecadação – SBA, de atuação da Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte Coletivo de Passageiros do Estado de São Paulo – ABASP; e

4.1.1. Observado o disposto no item 2.1.1, o acompanhamento e fiscalização desse sistema BOM será realizado pelo comitê de acompanhamento no âmbito do Sistema de Bilhetagem do BOM, cuja composição e atribuições são reguladas por Acordo para Uso do Cartão de Passagem e do qual participam o METRÔ, a CPTM, o CMT e a EMTU/SP.

4.2. O instrumento de Convênio do Bilhete Único que regula a composição e atribuições de acompanhamento e fiscalização assegura aos partícipes as respectivas prerrogativas e obrigações, particularmente em relação aos assuntos que afetem diretamente os seus legítimos interesses, devidamente fundamentados e consignados em seus respectivos contratos de concessão, incluindo como atribuição:

- (i) fiscalizar a operação do respectivo sistema em todas as suas etapas, de forma a garantir a correta repartição e repasse da arrecadação tarifária às empresas operadoras públicas e concessionárias do SISTEMA METROFERROVIÁRIO e às gestoras e concessionárias do sistema de transporte sobre pneus do Município de São Paulo e da Região Metropolitana de São Paulo, tendo em vista as eventuais integrações tarifárias e os possíveis compartilhamentos de equipamentos e softwares;

- (ii) zelar pelo estrito cumprimento das regras de repartição da arrecadação tarifária, baseada em histórico de utilização dos sistemas de transporte público metropolitano e municipal, de acordo com a política tarifária vigente.

5. REPARTIÇÃO DE RECEITA

5.1. O procedimento padrão para repartição dos recursos arrecadados pela comercialização dos créditos eletrônicos do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO obedece aos seguintes quesitos:

- (i) os recursos equivalentes ao SISTEMA METROFERROVIÁRIO são distribuídos diariamente aos respectivos operadores, conforme a seguinte ordem de prioridade:
 - (a) do valor total arrecadado, será paga primeiramente a parcela efetivamente devida à concessionária da Linha 4 – Amarela;
 - (b) do saldo então apurado, será paga a parcela efetivamente devida à concessionária da Linha 6 – Laranja, a partir do início da operação comercial desta Linha;
 - (c) do saldo então apurado, será paga a parcela efetivamente devida à concessionária das Linhas 5 – Lilás e 17 – Ouro;
 - (d) do saldo então apurado, será paga a parcela efetivamente devida à concessionária das Linhas 8 - Diamante e 9 – Esmeralda;
 - (e) do saldo então apurado, será paga a parcela efetivamente devida à CONCESSIONÁRIA DO TIC EIXO NORTE; e
 - (f) o saldo final então apurado, é distribuído entre o METRÔ e a CPTM, conforme percentuais previamente acordados entre ambas as empresas.
- (ii) as regras de prioridade serão ajustadas, ao longo da FASE DE CONSTRUÇÃO, por meio de Termo Aditivo ao Convênio do Bilhete Único para integração da CONCESSIONÁRIA como nova partícipe do Convênio do Bilhete Único, bem como do COMITÊ GESTOR, de forma a refletir a sua inclusão na ordem de prioridade de recebimento dos valores contratualmente devidos, segundo a ordem cronológica dos contratos de concessão firmados pelo PODER CONCEDENTE, a partir do início da OPERAÇÃO COMERCIAL, na sexta posição de prioridade, quando fará jus ao recebimento mensal da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, a ser depositada na CONTA CENTRALIZADORA, observadas as diretrizes constantes do ANEXO IX e da Cláusula 50 do CONTRATO;

- (iii) A sexta posição de prioridade da CONCESSIONÁRIA, a que se refere o inciso (ii), deverá ser respeitada até o limite dos RECURSOS MÍNIMOS DISPONÍVEIS, calculados de acordo com a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA exigível mais recente no momento do planejamento da transferência de recursos, sendo certo que, uma vez respeitado o montante de RECURSOS MÍNIMOS DISPONÍVEIS, o excedente poderá ter destinação própria;
 - (iv) as regras de repartição são ajustadas periodicamente em decorrência de encontro de contas. Tais regras de repartição ou rateio são realizadas diariamente e baseiam-se na média semanal dos usos por meio do Bilhete Único - BU, de cada modal no mês anterior (pneus e trilhos), realizando-se o ajuste de contas ao final de cada mês corrente, com os dados reais efetivamente apurados.
- 5.1.1. O BANCO PAGADOR efetua a repartição da arrecadação diária, depositando os valores devidos nas contas das operadoras/concessionárias e gestoras do transporte público por eles identificadas.
- 5.2. O procedimento padrão para a repartição dos recursos arrecadados pela comercialização dos créditos eletrônicos de todas as câmaras de compensação, inclusive do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO ABASP, obedecerá as preferências de recebimento que já tenham sido por ele reconhecidas em favor das concessionárias privadas do SISTEMA METROFERROVIÁRIO e o disposto na Cláusula 50.1.2 do CONTRATO, bem como de outras concessionárias privadas de referido sistema que vierem a fazer parte ou obtiverem valores advindos do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO ABASP, e tiverem contratos celebrados com o PODER CONCEDENTE em data anterior à DATA DE ASSINATURA.
- 5.3. Observado o disposto no item 2.1.1 e nos termos do Acordo referente à utilização dos bilhetes BOM, os recursos provenientes dos créditos remanescentes do BOM para o SISTEMA METROFERROVIÁRIO são distribuídos diariamente entre o METRÔ e a CPTM, conforme percentuais previamente acordados entre ambas as empresas, sem qualquer participação dos demais operadores metroferroviários e da CONCESSIONÁRIA.
- 5.4. Os valores dos bilhetes unitários de viagem (tipo QR Code) são arrecadados e recebidos exclusivamente pela CPTM e pelo METRÔ ou por outra entidade que o PODER CONCEDENTE determinar, sem qualquer participação dos demais operadores metroferroviários e da CONCESSIONÁRIA.
- 5.5. Qualquer título de viagem já autorizado ou que vier a ser autorizado pelo PODER CONCEDENTE, incluindo aqueles que gerem recursos destinados à CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DO BU e à CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DA ABASP, serão computados de acordo com os respectivos regulamentos, devendo ser assegurada à CONCESSIONÁRIA consulta às informações pertinentes para a compreensão do montante disponível para transferência à CONTA CENTRALIZADORA, nos

termos deste CONTRATO. A gestão das bilheterias e a contagem de bilhetes não serão responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, tendo em vista que sua remuneração ocorrerá exclusivamente por meio da CONTA CENTRALIZADORA.

- 5.6. A transferência dos recursos da CONTA CENTRALIZADORA para a CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA e as deduções relativas ao ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO e aos reflexos da mensuração dos INDICADORES DE DESEMPENHO serão realizadas nos termos do ANEXO ic.

6. REEMBOLSO DE DIREITO DE VIAGEM

- 6.1. Na ocorrência de qualquer evento que caracterize situação contingencial ou de emergência que imponha interrupção do serviço de circulação de trens (mesmo que parcial), ao PASSAGEIRO impedido de iniciar ou completar sua viagem será facultado sair da área paga da estação, sem a perda de seu direito de viagem. A devolução, em qualquer caso, será em TÍTULO DE VIAGEM unitário a ser providenciado pela CONCESSIONÁRIA, de acordo com normatização a ser fixada pela ARTESP.
- 6.2. Inclui-se como contingencial a necessidade de substituição de TÍTULO DE VIAGEM, do tipo QR Code ou outro dispositivo autorizado, que seja recusado pelo validador do bloqueio, devendo seu portador ser encaminhado pela CONCESSIONÁRIA à bilheteria da estação para substituição, ou, se o caso, para o TÍTULO DE VIAGEM ser excluído da aferição da apuração, ou ainda para que a CONCESSIONÁRIA possa dar instruções de verificação junto ao local de aquisição.

7. INCORPORAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA AOS SISTEMAS DE ARRECADAÇÃO

- 7.1. Com a assinatura do CONTRATO, observado o CONVÊNIO DE INTEGRAÇÃO OPERACIONAL E TARIFÁRIA do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO, a CONCESSIONÁRIA será incorporada como mais uma das empresas operadoras metroferroviárias, passando a integrar o COMITÊ GESTOR e, nessa condição:
- (i) participará, conjuntamente com as operadoras/concessionárias e gestoras do transporte público, das atividades de fiscalização e das etapas de operação do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO, de forma a garantir a correta repartição e repasse da arrecadação tarifária às empresas operadoras públicas e concessionárias do SISTEMA METROFERROVIÁRIO;
 - (ii) participará, conjuntamente com as operadoras/concessionárias e gestoras do transporte público, do estabelecimento das regras de repartição da arrecadação tarifária; e
 - (iii) terá depositado diariamente o valor previsto no ANEXO IX na CONTA CENTRALIZADORA, a partir do início da OPERAÇÃO COMERCIAL.

- 7.2. Caso o PODER CONCEDENTE decida alterar a forma de gestão da arrecadação ou da bilhetagem existente relativamente aos SERVIÇOS, ele poderá determinar que a CONCESSIONÁRIA faça parte de eventuais novos sistemas de arrecadação e bilhetagem, resguardados os direitos da CONCESSIONÁRIA previstos neste Anexo e no CONTRATO, podendo ainda, se for o caso, receber valores na CONTA CENTRALIZADORA decorrentes da arrecadação realizada junto ao Sistema de Bilhetagem e Arrecadação – SBA, de atuação da Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte Coletivo de Passageiros do Estado de São Paulo – ABASP, na forma do ANEXO IX.

8. POSSÍVEL TRANSFERÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA

- 8.1. O PODER CONCEDENTE poderá implementar, diretamente ou através de terceiros, SISTEMA DE ARRECADAÇÃO e bilhetagem do transporte metropolitano, compreendendo o processo de bilhetagem, arrecadação e distribuição dos valores de TARIFA PÚBLICA pagos por PASSAGEIROS e de acesso aos sistemas metroviário, ferroviário, de ônibus e trólebus, por meio de TÍTULOS DE VIAGEM ou dispositivos autorizados, que incluem cartões inteligentes com créditos armazenados, na forma de valores monetários, direitos de viagens ou passes temporários.
- 8.2. Referido sistema permitirá operar o pagamento da remuneração a todos os operadores de transporte eventualmente participantes e/ou configurações e mecanismos relacionados nos termos deste ANEXO, de forma unificada, com os recursos arrecadados decorrentes da aplicação das respectivas TARIFAS PÚBLICAS fixadas.
- 8.3. Nessa hipótese, tal sistema deverá, preferencialmente, incluir pelo menos as funções de:
- (i) emissão de cartões inteligentes e outros TÍTULOS DE VIAGEM;
 - (ii) distribuição e comercialização de cartões e outros TÍTULOS DE VIAGEM, comercialização e carregamento de créditos monetários e operacionalização de benefícios de gratuidade e reduções tarifárias;
 - (iii) validação e atualização dos créditos monetários e de direito de viagem para franqueamento de acesso aos sistemas metropolitano de transporte da RMSP e/ou outras entidades regionais; e
 - (iv) processamento, gerenciamento e consolidação das informações de arrecadação e de uso dos créditos monetários e de fluxo de PASSAGEIROS, inclusive acesso à CÂMARA DE COMPENSAÇÃO.
- 8.4. Na hipótese de implementação do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO e bilhetagem do Transporte Metropolitano será constituído um CONSELHO GESTOR, integrado paritariamente por

representantes de cada um dos Operadores de Transporte, público ou privado, cuja função precípua será a de regular, acompanhar e fiscalizar as atividades relacionadas à operação do novo sistema.

9. CENTRALIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO DE EMBARQUE NAS ESTAÇÕES

9.1. A apuração da quantidade de embarques de PASSAGEIROS nas estações da LINHA 16 será realizada de forma automatizada e centralizada, a partir das contabilizações realizadas nos bloqueios de acesso das estações e nos contadores e bloqueios das linhas de transferência de passageiros, estas localizadas nas estações de transferência.

9.2. A automatização dessas informações, de forma completa, será decidida pelo PODER CONCEDENTE, requerendo intervenções nos contadores de fluxo de PASSAGEIROS em estações de transferência, compreendendo:

- (i) fornecimento, pela CONCESSIONÁRIA, onde necessário, de hardware para contagem de PASSAGEIROS que acessem os serviços, por meio das transferências, e respectiva instalação de infraestrutura de comunicação nos moldes existentes nos acessos às estações;
- (ii) nas transferências, fornecimento, pela CONCESSIONÁRIA, onde necessário, dos bloqueios e contadores/câmeras ópticas, bem como instalação de infraestrutura de comunicação nos moldes existentes nos acessos às estações;
- (iii) comunicação estação/data center relativa à contabilização de acesso/transferência de PASSAGEIROS, ficando a cargo da CONCESSIONÁRIA a contratação de link de dados responsável pela comunicação do sistema de controle de acesso de passageiros, centralizado das estações, para o data center do PODER CONCEDENTE; e
- (iv) implantação de controle de saída através de bloqueios que permitam a leitura e validação de TÍTULO DE VIAGEM, quando aplicável, assegurando-se à CONCESSIONÁRIA, neste último caso, o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro quando tais investimentos não estiverem previstos dentre os EMPREENDIMENTOS, nem decorrerem das demais obrigações contratuais;
- (v) Os papéis, responsabilidades e métricas de disponibilidade de dados de fluxo de PASSAGEIROS que devem ser apresentados regularmente ao PODER CONCEDENTE serão definidos oportunamente, quando do planejamento referente à automatização de referidos sistemas.

9.3. Como contingência para eventuais falhas de comunicação no sistema automatizado ou de inconsistência da informação, a CONCESSIONÁRIA, em conjunto com a ARTESP, deverá realizar a

apuração dos giros mecânicos de bloqueios, apontando os valores em interface do sistema do PODER CONCEDENTE, devidamente acompanhado pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE que registrará as falhas verificadas e contingências aplicadas.

- 9.4. A distribuição e o controle de bilhetes eletrônicos de serviço e gratuidades serão realizados pelo PODER CONCEDENTE, devendo a CONCESSIONÁRIA seguir procedimentos operacionais determinados para tanto.
- 9.5. A CONCESSIONÁRIA deverá estabelecer procedimentos operacionais de utilização de controle de acessos gratuitos estabelecidos na legislação aplicável, de acordo com o ANEXO III.E, para efeito de contabilização como PASSAGEIROS TRANSPORTADOS, e emitir relatórios à ARTESP e ao PODER CONCEDENTE com identificação por condição de benefício.
- 9.6. O PODER CONCEDENTE se reserva ao direito de realizar pesquisa amostral de uso dos CARTÕES DE SERVIÇO, aplicando penalidade caso constatado desvio de finalidade na sua utilização.
 - 9.6.1. A liberação de bloqueio com CARTÕES DE LIBERAÇÃO DE ACESSO de seus empregados não será permitida, devendo a CONCESSIONÁRIA providenciar CARTÕES DE SERVIÇO e estabelecer procedimento operacional compatível com esta condição.
- 9.7. Os acessos de terceiros prestadores de serviços à CONCESSIONÁRIA, à CPTM, ou ao METRÔ, e às pessoas jurídicas nos termos do ANEXO III.C, não serão contabilizados como PASSAGEIROS TRANSPORTADOS, devendo também neste caso a CONCESSIONÁRIA estabelecer procedimento operacional compatível com esta condição, considerando ainda, outras solicitações do PODER CONCEDENTE e da ARTESP, quer seja para novos prestadores, quer seja para substituição dos atuais.
- 9.8. O sistema de controle de acesso do PODER CONCEDENTE disponibilizará interface para que a CONCESSIONÁRIA possa acompanhar os dados de embarque e transferência por linha de bloqueio e respectiva estação.